

A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL: OS AUTORES E SUAS VOZES

ENTREVISTA COM HELOISA PIRES LIMA, JÚLIO EMÍLIO BRAZ, LIA ZATZ E ROGÉRIO ANDRADE BARBOSA

Rogério Bernardo da Silva

Luísa tinha outra estranheza. Quer dizer, que se considerava estranheza.

Namorava negros e brancos. Não olhando a cor, se apaixonava dia sim, dia não. Tinha uma queda especial por sujeitos de mão cabeluda.

Não era marceneiro, mas fabricou sozinhos os móveis. Uma cama, uma mesa e um “altar de livros”. Era assim que ela chamava a estante.¹

Joel Rufino dos Santos

Discutir a temática afro-brasileira no âmbito das produções literárias para crianças e jovens é urgente e necessário. O advento da Lei 10.639, de 2003, trouxe à tona uma série de demandas que se revelam, principalmente, nos cotextos editoriais e educacionais. Se, por um lado, são prementes as visões dos especialistas e estudiosos das diversas áreas a esse respeito, por outro, faz-se necessária a presença de vozes que estejam diretamente relacionadas aos processos de criação artística dos livros das literaturas infantil e juvenil, as vozes dos autores.

Para tanto, foram convidados autores cujas produções relativas à temática são

1 Trechos, respectivamente, das histórias, “O filho de Luísa” (p.09) e “A Casa da Flor”, presentes no livro, Gosto de África, histórias de lá e daqui, de Joel Rufino dos Santos, publicado pela Global Editora, em 2005.

altamente relevantes. Segundo esse critério, teria cadeira cativa nessa lista o escritor Joel Rufino dos Santos. Apesar de ter se findado sua presença terrena, ecoam e sempre ecoarão suas vozes traduzidas nas ações e nos discursos de suas narrativas. Aqui, evocadas na epígrafe, revelam a importância da literatura na vida dos sujeitos e expressam a necessidade de dirimir toda espécie de preconceito étnico-racial. Joel nos dá o tom do que está por vir. O que se segue, no confronto entre as vozes dos autores, é uma apreciação profunda de toda a complexidade que envolve o ato criador, enveredado nas entranhas da arte, da educação e das demandas sociais. Por isso, a fim de organizar os discursos para melhor apreensão das vozes, foram criados eixos temáticos que agrupam as perguntas:

- Os autores e seus processos de criação
- Temática afro-brasileira, tradição e literatura africana
- Os leitores, as questões étnicas e o engajamento dos autores
- A sociedade, a Lei 10.639 e o mercado editorial
- Monteiro Lobato no banco dos réus
- Entre o ensino das temáticas e a leitura literária

Essa organização permite ao leitor apropriações pormenorizadas e, ao mesmo tempo, possibilita visualizar as tramas e as intrincadas conexões entre os eixos. Antes de apresentar os autores convidados, é necessário agradecer-lhes pelas riquíssimas contribuições gentilmente oferecidas para a composição desta entrevista. A disposição de cada autor para mostrar-se diante das questões propostas revela o grau de engajamento que possuem no âmbito da escritura de literatura e da discussão das questões étnico-raciais. Trata-se de um raro momento de fricção entre vozes construtoras de conhecimentos, de visões de mundo e de arte. Disto, os maiores beneficiários são os leitores que, solememente, são convidados para esta interlocução. Aos autores entrevistados, Heloisa Pires Lima, Júlio Emílio Braz, Lia Zatz e Rogério Andrade Barbosa, toda gratidão. Aos leitores, uma ótima leitura.



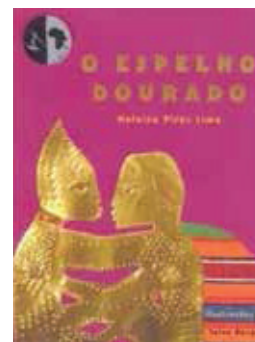
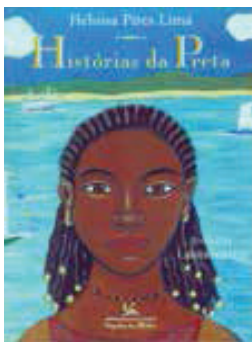
Heloisa Pires Lima

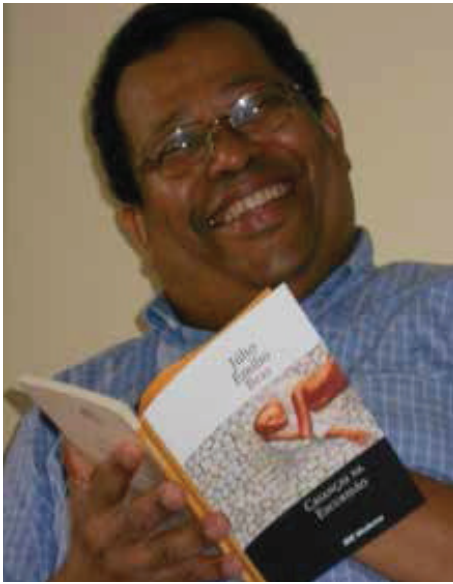
Heloisa Pires Lima nasceu em Porto Alegre, em 1955. Ainda criança mudou-se para São Paulo, onde reside atualmente. Estudou Psicologia na PUC e Ciências Sociais na USP, onde concluiu o mestrado e o doutorado na área de Antropologia Social. A autora promove cursos e palestras para professores acerca das obras e da abordagem das questões étnico-raciais pelas vias da literatura.

Dentre suas principais obras estão *Histórias da Preta*, pela editora Companhia das Letrinhas, obra que vem sendo adotada por inúmeras escolas públicas e particulares. Além disso, recebeu reconhecimento crítico, como os prêmios José Cabassa e Adolfo Aizen. *O Espelho Dourado*, da editora Peirópolis, foi selecionado numa das edições do PNBE.

Outros títulos como *O pescador de histórias*; *A semente que veio da África*; *O marimbondo do quilombo*; *Benjamin o filho da felicidade*; e *Toques do griô* também são muito relevantes no conjunto de sua produção.

Para saber mais e contatá-la: <https://www.facebook.com/hpireslima>





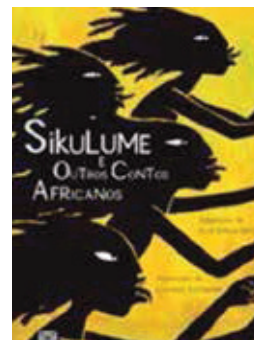
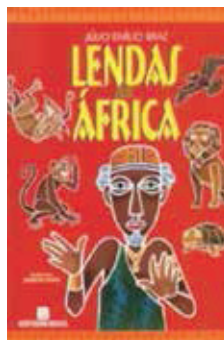
Júlio Emílio Braz

Julio Emilio Braz nasceu em 16 de abril de 1959, num município do interior de Minas Gerais chamado, Manhumirim. Aos cinco anos mudou-se para o Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira como escritor de roteiros para histórias em quadrinhos, publicadas no Brasil, Portugal, Bélgica, França, Cuba e EUA. Já publicou mais de cem títulos. Em 1990 escreveu roteiros para o programa Os Trapalhões, da TV Globo, e algumas mininovelas para a televisão do Paraguai. Entre suas principais premiações estão

o Austrian Children Book Award em 1997, na Áustria, pela versão alemã do livro Crianças na Escuridão (Kinder im Dulkern) e o Blue Cobra Award, no Swiss Institute for Children's Book. Em 1988 recebeu o Prêmio Jabuti pela publicação de Saguairu.

Dentre os mais de cem livros que já escreveu, estão: O grande dilema de um pequeno Jesus; Breve crônica da Liberdade; Crianças na escuridão; Lendas Negras; Pretinha, eu?; Lendas da África; Os Meninos do Chafariz; Sikulume e Outros Contos Africanos.

Para saber mais e contatá-lo: <http://www.julioemiliobraz.com/bio.html>





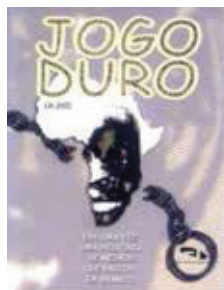
Lia Zatz

Lia Zatz nasceu em São Paulo, no ano de 1952, cursou filosofia pela Universidade de Paris-Nanterre, e fez pós-graduação em ciências políticas na Universidade de São Paulo. Começou a trabalhar na área da literatura infantil e infanto-juvenil em 1987. Já em 1990 participou da organização do Grupo Pastel, que desenvolveu atividades variadas como edição de livros, oficinas de literatura, leitura e produção de textos para educadores e estruturação de uma livraria

especializada em literatura infanto-juvenil. Atua também na organização do Projeto Biblioteca Viva, que vem montando bibliotecas e capacitando educadores em entidades que atendem crianças carentes.

Lia é autora dos livros da Série Marrom da Terra. Dentre suas principais premiações estão a conquista do Prêmio APCA (Associação Paulista dos Críticos de Arte), ter sido Finalista do Prêmio Jabuti e a obtenção do selo Altamente recomendável da FNLIJ (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil). Suas principais obras são: Suriléa-mãe-monstrinha; João x Sultão; Aventura da Escrita – História do desenho que virou letra; Galileu-Leu; Tarsila; Lasar Segall – O pintor das Almas; Dadá Bordando o Cangaço; O Cachecol; Pagu; Adélia Cozinheira; A menina que não queria ser top model; Frida Kahlo; Jogo Duro; Bruxapéu; e, da Série Marrom da Terra: Uana e Marrom da Terra; Tenka Preta Pretinha; Luanda, filha de Iansã; Manu da noite enluarada; e Papí, o construtor de pipas.

Para saber mais e contatá-la: <http://liazatz.com.br/site/>



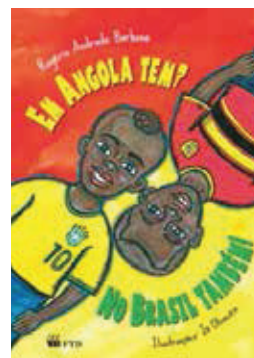
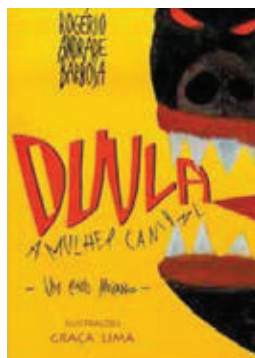


Rogério Andrade Barbosa

Rogério Andrade Barbosa nasceu na cidade Resplendor, no Estado de Minas Gerais, em 5 de dezembro de 1952. Rogério é escritor, professor, ex-voluntário das Nações Unidas na Guiné-Bissau. Graduou-se em Letras pela Universidade Federal Fluminense e fez pós-graduação em Literatura Infantil Brasileira na UFRJ. Trabalha na área de Literatura Afro-brasileira e programas de incentivo à leitura, proferindo palestras e ministrando cursos.

Dentre suas principais premiações destacam-se: Altamente Recomendável para Crianças e Jovens da FNLIJ (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil); Lista de Honra do IBBY, na Suíça; Prêmio da Academia Brasileira de Letras de Literatura Infanto-Juvenil. Dentre suas principais obras, estão: Vuula, a mulher canibal; Em Angola tem? No Brasil também!; Os gêmeos do tambor; ABC do continente africano; Bichos da África; Como as histórias se espalharam pelo mundo; O filho do vento; Contos Africanos para crianças brasileiras; e Madiba, o menino africano.

Para saber mais e contatá-lo: <http://www.rogerioandradebarbosa.com.br/>

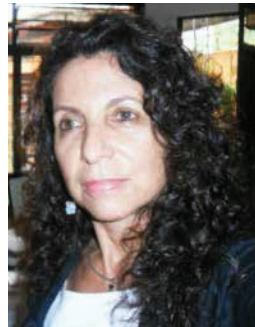




**Heloisa Pires
Lima**



Júlio Emílio Braz



Lia Zatz



**Rogério Andrade
Barbosa**

OS AUTORES E SEUS PROCESSOS DE CRIAÇÃO

1-Vocês possuem uma trajetória consagrada na produção de textos literários destinados a crianças e jovens. Essa produção, marcadamente, tem como base a temática afro-brasileira. Diante disso, a que se deveu a escolha por esse público e por essa temática?

Rogério Andrade Barbosa: Tudo começou após eu ter retornado da Guiné-Bissau, país onde eu trabalhei durante dois como professor voluntário a serviço da ONU. Ao retornar ao Brasil, em plena década de 80, verifiquei que, na época, não havia quase nada no mercado infanto-juvenil sobre a temática africana. Daí o meu primeiro livro, publicado pela Editora Melhoramentos, em 1988, *Bichos da África: Lendas e Fábulas*.

Lia Zatz: Ser mãe me fez mergulhar pela segunda vez no universo da literatura infantil e juvenil. A primeira foi, claro, quando criança, crescendo, felizmente, num ambiente cheio de livros e leitores, tendo em minha mãe uma grande mediadora de leitura. Segui seu exemplo e ler para minhas filhas era um ritual de todas as noites. Foi isso, sem dúvida, que impulsionou minha imaginação e vontade de criar. Meu primeiro livro, *Suriléa-mãe-monstrinha*, foi muito bem acolhido, foi premiado e me incentivou a continuar a escrever para crianças e jovens. Essa decisão veio junto com a constatação de muitas lacunas no mercado editorial para esse público. Era década de 1980 e, com exceção dos livros de alguns autores, como os do saudoso Joel Rufino dos

Santos, não se encontrava muitos livros que permitissem que as crianças negras se identificassem. A questão da escravidão, uma ferida ainda muito mal cicatrizada, era mal abordada. Personagens negros dificilmente eram protagonistas em histórias, a não ser que fossem empregados de famílias brancas. São essas questões que nunca deixaram de me mobilizar, assim como a questão de gênero. É incrível pensar que, em pleno século 21, vivemos ainda sob o signo da opressão da mulher, do negro e de outras “minorias”, sem conseguirmos resolver questões básicas de direitos humanos.

Júlio Emílio Braz: Não foi uma escolha consciente. Logicamente o fato de eu ser afrodescendente foi preponderante. No entanto, algo que provavelmente tem grande relevância nesta busca (e a palavra “busca” me parece bem adequada se associada especificamente ao meu caso) pode estar relacionado ao fato de eu ser miscigenado, ou seja, viver tráfegando entre dois mundos, a saber: o da minha mãe, branca e de ascendência italiana, e do meu pai, já não tão negro assim, pois era cafuzo, filho de negro com índio. Não era, nem tanto, não saber que eu era negro, pois obviamente eu sabia. O que me faltou, sendo algo tardio para mim, foi a percepção de uma identidade e as consequências de tal descoberta. Talvez neste aspecto se encontre a resposta para meu interesse: em primeiro lugar, saber mais sobre minha etnia e, por outro, explicitar as minhas próprias dúvidas, reflexões e descobertas, bem como dificuldades e perplexidades. Acredito, inclusive, que sejam ainda as de jovens como eu fui e que vivem numa sociedade onde a aceitação da diversidade, tenha o aspecto que tiver, ainda não se faz sem conflitos e contestações. Por fim, mas não menos importante, está a história: nos meus tempos de escola, algo que sempre me chamou a atenção (e por vias transversas me levou a me interessar por História ao ponto de me tornar professor de história) foi a ausência do negro e sua subalternidade na história de nosso país. Incomodava-me sobremaneira nos meus antigos livros de história a sua aparição tão pouco significativa e relegada à escravidão. A própria ausência de personagens e personalidades negras (o processo de embranquecimento ou algo que chamo de invisibilização) me inquietava (e ainda inquieta quando, por exemplo, ligo a televisão). Escrever sobre tal temática, mesmo para mim, ainda é descobrir em que contexto eu faço parte

da sociedade brasileira. Penso conforme a afirmação de Joaquim Nabuco ao dizer que a escravidão durara cerca de 300 anos no Brasil, mas talvez os seus efeitos durem o mesmo tempo para serem definitivamente erradicados do cotidiano de nossa sociedade. Gosto de pensar que contribuo para esse processo de erradicação com meus singelos esforços literários.

Heloísa Pires Lima: Lembro que arriscar as primeiras narrativas levava ao prazer do dizer bem dito. Ele, o prazer, estava na arquitetura do texto e na seleção da palavra até um resultado estético que agradasse minha alma. O desafio de decidir por um tema era bem diferente dos impulsos da meninice, onde escrever parecia a única saída para angústias e euforias com urgência de desabafo. O comando daquele estado bruto dependia, apenas, do instante. Já as letras adultas precisavam das horas. Sem perder o contato com o silêncio e a cadência das entranhas, a atividade pedia estratégias. Sobretudo, por perceber o leitor quando ele é uma criança. A base desta descoberta está na escola infantil que eu ajudei a criar, em São Paulo. Nos idos dos anos 1980, educar vislumbrava uma geração num mundo mais igualitário. O aspecto principal do empreendimento era notar a ecologia, buscar os alimentos saudáveis, a liberdade no sentido mais nobre para comportamentos, a democracia fluída e cooperativa. Apostas treinadas na vida real. O dia-a-dia escolar exigia a atenção a qualquer forma de racismo que pudesse ser introduzido ou às oportunidades para desconstruí-lo. A teoria eu já vinha produzindo em textos para educadores, mas como trabalhar dilemas dessa ordem com as crianças? Descobri a mediação dos livros. A escola era de classe média na Vila madalena, mas eu também atuei como arte-educadora na proposta de transformar a Secretaria do Menor em Secretaria da Criança. Para essa infância eu inventei uma editora fictícia onde as crianças e adolescentes escreviam e desenhavam histórias. Também liam, contavam ou escutavam. Como dimensão da Arte, é fácil constatar o quanto a literatura provoca a sensibilidade redimensionando percepções a respeito de tudo, para o bem ou para o mal. A maternidade estreitou o deleite e a prudência para essas leituras. Somei, então, o ofício da antropologia às observações mais finas. Passei a circunscrever as representações dos modelos de humanidade que circulam nas bibliotecas pueris, o que se tornou um interesse

definitivo. Coleciono exemplares para recolher, em suas abordagens, os argumentos culturais que as sustentam. O exercício do olhar me fez entender que não basta o incentivo à leitura. A ausência de abordagens adequadas e uma presença estereotipada da origem africana não são neutras. Portanto, foi preciso escancarar a janela para a diversidade frente aos padrões da humanidade como num espelho. Por isso a presença específica dessas obras nas bibliotecas ganhou meu coração. Foi assim que se deu o gesto ordinário que juntou educação, escrita e antropologia. Com a experimentação da linguagem literária nasceu uma prosaica criadora de histórias.

2-Como se dá o processo constitutivo de suas obras? Vocês recorrem a pesquisas, buscam as narrativas da tradição oral, os mitos ou recorrem às narrativas de outros autores? De que maneira acontece o processo criativo?

Lia Zatz: Com leitura e, dependendo do texto, também com pesquisa. Às vezes estou empacada numa página e, nessa hora, ler é o melhor remédio. No geral, pego um livro de que gosto muito, que é uma referência para mim, pela escrita, pela temática e é incrível como isso me ajuda. Nem sempre, mas acontece com frequência de, de repente, vir uma ideia que favorece sair da “empacação”. Além da leitura, a pesquisa é muito importante em alguns dos meus livros. Trata-se de algo que adoro fazer.

Rogério Andrade Barbosa: Lanço mão de todos os recursos possíveis: filmes, documentários, entrevistas e também de livros (tenho uma biblioteca especializada sobre o assunto sobre pesquisas e relatos feitos por outros autores, missionários e viajantes em terras africanas). Outra grande inspiração são as viagens que tenho realizado ao longo dos últimos anos por diversos países africanos, recolhendo histórias em escolas, de preferência nas zonas rurais.

Júlio Emílio Braz: Um pouco de cada coisa. A pesquisa é fundamental para mim e em qualquer livro que escrevo. Além do mais, por ser um leitor compulsivo, tenho uma biblioteca vasta o bastante para me auxiliar nos vários

trabalhos que desenvolvo, isto quando a ideia não parte de uma dessas muitas leituras. Vale salientar que tal biblioteca não é apenas composta de livros, mas inclui a leitura de quatro jornais todos os dias, a assinatura das mais diferentes revistas e as frequentes “viagens” por amplos territórios da Internet. Na verdade, uma das partes mais interessantes de meu trabalho é constituída pela pesquisa que pode ser feita a partir de conversas com os mais diferentes tipos de pessoas e profissionais. Nada começa antes de eu constituir o que chamo de “esqueleto” de meus livros. Sinopse da história, definição física e psicológica dos personagens, nomes de locais, mapas, imagens iconográficas e em vídeo e, por fim, a escolha (quase sempre aleatória) da quantidade de capítulos bem como a definição do que vai acontecer de mais importante em cada um deles. Claro que muita coisa muda no processo de escrita, mas em linhas gerais eu preciso de um “mapa” para começar os meus livros.

Heloísa Pires Lima: Acho que há tudo isso e um pouco mais. Cada obra tem um temperamento. *O Marimbondo do quilombo* (2010), por exemplo, apresenta Zumbi dos Palmares para os estudantes dos primeiros anos da Educação Básica. Eu andava muito irritada com as informações que eram disseminadas a respeito do termo zumbi, como monstro que aterroriza nas HQs, desenhos animados, joguinhos de computador e séries de tevê. Em essência não há problemas nisso, mas como memória social é uma questão grave porque faz desaparecer o Zumbi da envergadura de Palmares. Basta perguntar para um juvenzinho, quem é Zumbi?

Um dia, como um raio no horizonte, surgiu o esboço de um enredo para falar de Zumbi, mas o prisma histórico impôs a releitura de especialistas. Comecei devorando Edson Carneiro, Décio Freitas, Flávio Gomes, entre outros e, depois, pistas deixadas por bibliografias dentro de biografias. Então, o tema se abre. O núcleo para a relação entre o termo Nzambi no contexto do século 17 é um arquivo dentre centenas de outras nuances. E não cessa. Passei um tempo como consultora da Unesco na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, onde novas informações surgiram. Há material para vários títulos, sem dúvida. Assim, uma informação puxa outra e mais outra, vai criando um universo. A criação é um quebra cabeça que vai se organi-

zando. Detalhes tomam a frente, mesmo desarticulados. Mas uma obra não é um ajuntamento de informações. Dentro daquele universo todo, algo me sensibiliza. O ponto de vista se ajeita. Depois, eu tenho, sim, uma intenção didática. O leitor precisa chegar junto. O nível de dificuldade do vocabulário não pode ser nem muito aquém, nem muito além. Da mesma forma a lógica narrativa, pois as crianças são muito aguçadas em notar incoerências. Apesar disso, a escrita é soberana e se revela como *insight* vestido de encantamento. Há instantes em que ela se espalha belamente, flui, cria ganchos para o enredo. Vai te levando. Mas é um brincar. Nesse caso, o Zumbi do pequeno texto só será descoberto e nomeado ao final. O personagem habita um reino do qual é retirado por um carcará de bico torto. É o engano que dispara a história. A ave avista um calango e apanha o “muleke”. A ginga é fazer o animal o levar de volta às terras de Zumbi, onde ele cochilava quando foi de lá retirado. O teimoso carcará (não quis fazê-lo malvado pela associação com a ave em extinção) sobe e desce à procura do lugar: Quissimã, no Rio de Janeiro; nas terras dos kalungas, em Goiás; e Eldorado, em São Paulo; que são áreas quilombolas contemporâneas. Daí, a busca por algo perdido, o muleke, o seu reino, o carcará, o seu calango e a história, os muitos tempos. Assim, o dia atravessa muitas nuvens até surgirem palmeiras até onde o mundo não acaba. Se desvencilhando do bico do pássaro, o muleke se solta e cai bem em cima do umbigo da serra. O processo incorporou algumas minúcias dos estudos da geografia, da fauna e da flora da capitania de Pernambuco, com relatos dos séculos XVII, XVIII e da paisagem atual. Aludir ao personagem histórico é o primeiro plano, mas há outros. Uma sequência de termos bantus mostra o português do Brasil recheado de palavras africanas, ajudando a perceber continuidades entre tempos distantes e o presente. A malícia está no lúdico extremo que cria um marimbondo narrador dos acontecimentos. Ele registra a história para não a perder também. No texto principal, ele não aparece, a não ser na última frase, onde se apresenta como amigo do calango que tudo viu e que está pousado no título da história. As possibilidades de apresentar um Zumbi criança, carregado de afetividade sob o traço do ilustrador Rubem, acabou premiada, pois o trabalho foi um dos finalistas do Prêmio Jabuti (2011). Adoro brincar com a estrutura que segura o texto. É como escalar rochas, o que fiz muito na ju-

ventude, e ir encontrando pontos de apoio para a escalada. Cumprir, sempre extasia. Imagine chegar ao alto de um quilombo?!

TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA, TRADIÇÃO E LITERATURA AFRICANA

3-Muito se discute sobre o que, de fato, caracteriza a literatura afro-brasileira; se seria a natureza étnico-racial do autor, ou a perspectiva da abordagem temática da obra. Como vocês caracterizam a “literatura afro-brasileira”?

Lia Zatz: Sinceramente, não gosto de rótulos. Boa literatura é boa literatura independentemente da natureza étnico-racial do autor ou da abordagem temática.

Rogério Andrade Barbosa: Num país multicultural como o nosso fica difícil saber quem é quem. Não é uma questão de cor, mas de identidade. Meu pai era negro, minha branca. Tenho a pele clara, e na minha certidão de nascimento fui registrado como “branco”. Para alguns, não sou negro o suficiente. Para outros, sou um afrodescendente. Portanto, o que caracteriza a literatura afro-brasileira em minha opinião é a obra do autor, independente da sua cor.

Júlio Emílio Braz: Seria muito simplista defini-la apenas como aquela escrita por afrodescendentes. Na área infanto-juvenil já li excelentes que poderíamos definir como “literatura afro-brasileira”, porém escritas por autores caucasianos. Eu a defino mais por afinidades de temas e abordagens do que meramente por vivências (sou negro e, portanto, estou qualificado para escrever e ter minha obra definida como literatura afro-brasileira), pela capacidade de enveredar pela psiquê de uma etnia ao ponto de ser capaz de esmiuçá-la e apresentá-la de maneira fidedigna.

Heloísa Pires Lima: As terminologias classificatórias são tentativas de solucionar evidências. O sentido político para o uso afro chegou, sobretudo, amparado na história de lutas pelos direitos civis nos EUA, imbricado na noção de diretos à cidadania. E isto fez sentido em muitas outras sociedades, o que inclui a brasileira. Por aqui, a expressão literatura afro-brasileira ou literatura negra é um embate vivíssimo e inesgotável. O afro tem muitos tons

e o negro é indefinível. O uso biológico confunde o uso político. Que o diga a velha expressão “ninguém sabe quem é ou não negro para as benesses, mas a polícia sabe.” Os índices sociais criam marcadores base para políticas públicas. Marcadores universais não permitem cercar questões específicas. Então, ser um escritor ou escritora tão somente não atravessaria a rua sem uma identidade atribuída. É porque a cor da pele não garante engajamento contra a opressão relacionada à população negra, o compromisso com a história coletiva é o principal fundamento para esse pertencimento. Enquanto expressão literária, só a existência fará o elo com a história coletiva particular. Mas cada pessoa lida com ela de modos diferentes. Às vezes se percebe a identidade como se ela fosse estática e uniforme. Se alguma ideia de literatura branca contempla pluralidade, todas as demais podem ser pasteurizadas em clichês essencialistas assim como se tornarem insígnia de unidade política que empodera o segmento. O mercado literário cria segmentos o tempo todo. A minha experiência com a Selo Negro Edições (1998-2001) me ensinou como perfilar uma produção editorial versada sobre um segmento em busca de leitores. No caso, ela nasceu fundamentada no estudo do comportamento do editor para com a especificidade afro. As crenças de a população negra não ler, ou não ter dinheiro para comprar livros, ou de não ter formação intelectual e a temática não vender, era o drama da situação. Esse racismo na cabeça do circuito editorial explica porque o pensamento da intelectualidade negra brasileira não está largamente publicado. Por isso a importância de criar um ambiente que atraísse a autoria negra, que fosse bem recebida e valorizada. Integrar um segmento social na cadeia editorial necessitou interlocução com livreiros, com o marketing intrínseco, os circuitos de leitores exclusivos. Nesses bastidores do projeto eu aprendi muito, como por exemplo, que a produção segmentada alcança mais visibilidade. Da mesma forma, a literatura indígena marca território e potencializa canais que a própria história do grupo conquistou. Porém, a divisão não dá conta do nascedouro literário. Literatura africana também é uma expressão carregada de impasses. Eu não tenho nenhum problema com as definições a mim atribuídas, tirando literatura mestiça. As etiquetas são sempre menores que a existência do/a escritor(a) e só ela pode refazê-las. A personalidade do Selo Negro Edições sabia da armadilha da restrição

e estruturou um leque para os/as escritore(a)s transitarem. O perfil era a população negra em sua multiplicidade. Ela podia ser focalizada por todas as áreas e também por todos os gêneros. Livro de piada, dicionário, romance, psicologia, jornalismo, etc. O escritor(a) negro(a) podia mesmo tratar de um assunto sobre o mundo oriental, judeu, árabe, indígena. As fronteiras identitárias ainda são um campo para o nosso devir.

4-A literatura brasileira, ao longo de sua história, contou com poetas e escritores que trataram as questões afro-brasileiras tais como Castro Alves, Solano Trindade e Carolina Maria de Jesus, entre outros. Você reconhece suas produções como partes integrantes dessa tradição literária?

Lia Zatz: Não tenho essa pretensão. Não cabe a mim dizer isso. Mas, claro, ficaria muito feliz se algum dia figurasse ao lado deles.

Rogério Andrade Barbosa: Sim, acredito que, pela temática da maior parte de minha obra, faço parte dessa tradição.

Júlio Emílio Braz: Faltou mencionar Lima Barreto, se não por toda sua obra em si, pelo menos por *Clara dos Anjos*. Quanto a mim, não me preocupo com isso especificamente. Gostaria era de ser reconhecido como um bom escritor, pois efetivamente é o que sou - escritor, pois bom eu ainda não sei bem.

Heloísa Pires Lima: Primeiro responderei que não. É difícil me colocar em tradições, ainda mais no patamar dos autores citados. Sinceramente, eu nunca tive o desejo de ser escritora. Eu queria era abrir o campo de visão da gurizada e o livro ajudava. Ainda hoje vejo os rostinhos e escuto as perguntas e comentários como eles faziam no meu passado. Sou leitora de obras infantis e juvenis e me delicio com as soluções autorais. O livro é uma grande invenção porque inventou o leitor. Esta relação sempre existirá. Mais íntima ainda é a capacidade humana de se entreter com uma narrativa seja ela escrita, oral ou visual. Trazer repertórios culturais tem sido uma constante nas minhas publicações. Pura malcriação. Como assim, não ter a referência africana ou afro brasileira na estante? Reapresentar uma

África veio do esplendor que o continente oferece. A minha tradição, assim como a de Solano e Carolina, tem os ancestrais griôs e griotes do noroeste africano para mirar, ou um Malagantana, o exímio contador de história moçambicano que conheci na Faculdade de Letras em Lisboa. Carolina fez de sua vida uma articulação com as palavras que encontrava e espalhava. Embora ela seja conhecida pelos números que vendeu e pouco pelo texto que produziu. Falta centralizar sua narrativa e, como ela mesma dizia, “Eu não estou à margem da história e sim no centro de outra”. Nesse sentido, sim, me vejo na mesma tradição com minha existência à flor da pele negra. Estou vivendo nesse tempo, mas há vozes negras anteriores lidando com as mesmas questões. Também me empenho em respondê-las. Não isolada. Sei o valor das trocas de leituras com Joel Rufino, Delcio Theobaldo, Esmeralda Ortiz, Kiusan de Oliveira, Osvaldo Faustino, Meire Cazumbá, Geni Guimarães, Nilma Gomes, Cidinha da Silva, Edmilson Pereira, Paulo Rafael, Osvaldo Faustino, Patrícia Pereira, Fábio Simões e tantos mais participam dessa mesma roda de histórias.

5-Em que medida a sua obra dialoga com os escritores citados ou com outros escritores da Literatura Brasileira que também tratam das questões afro-brasileiras?

Rogério Andrade Barbosa: Minhas obras sobre a temática afro-brasileira têm uma sintonia maior com as do escritor Joel Rufino.

Júlio Emílio Braz: Eles são o meu norte, mas em linhas gerais todos os grandes escritores que li também são. Acho que esses autores estão relacionados bem mais à minha descoberta enquanto negro e, principalmente, enquanto ser humano absolutamente consciente de meu espaço social, político e afetivo no mundo em que vivo.

Lia Zatz: Alguns eu claramente cito e homenageio. Mesmo quando não é explícito esse diálogo pode existir, às vezes sem que o autor tenha consciência disso, mas por obra de seus leitores. Mas há uma questão importante a ser mencionada. Já me senti criticada por não ser negra e escrever sobre a questão do negro. Lembro-me de ter ficado chateada, mas depois compre-

endi: sou mulher e judia e acho que consegui me colocar no lugar de quem me criticava, mesmo que não explicitamente.

Heloísa Pires Lima: *O Tem gente com fome*, de Solano Trindade, foi uma locomotiva pra despertar consciências na sociedade brasileira. Genialmente concluiu uma escrita poética, com exemplar domínio, acrescida da melodiosa oralidade tal qual se encontra lá pelas bandas de muitas Áfricas. O inusitado sucesso dele e de Carolina expõe o quanto ganharíamos se o circuito literário fosse menos exclusivista. Atualmente, eu tenho dedicado mais tempo a outros autores. Adoro boas ideias e colocá-las na roda. O escritor Paulo Rafael, por exemplo, me mostrou um texto juvenil que apresentava Cabo Verde, onde viveu, numa elaboração muito rica que parte do amor que lá dispensam às obras do brasileiro Graciliano Ramos. O livro *O mundo cá tem fronteiras: uma aventura Brasil-Cabo Verde* é belo e recebeu resenha do neto de Graciliano, Ricardo Filho, e ainda privilegia o tema das fronteiras, tão caro aos nossos dias. Outra descoberta foi Fábio Simões, autor do *Olele: uma africaniga*. Trata-se de um menino, investigador da musicalidade africana, que materializa o que aprende pois confecciona instrumentos tradicionais. É um autodidata na matéria e vai aprofundando saberes com outros curiosos informais que encontra por aí. Portanto, como não reverenciar o inédito bem realizado? Assim, a brecha que meu histórico editorial foi abrindo quer companhia. Trocar lampejos, sugerir dicas e aprender é o velho sonhar junto que materializa uma realidade. Mas, leio repertórios para além do afro.

OS LEITORES, AS QUESTÕES ÉTNICAS E O ENGAJAMENTO DOS AUTORES.

6-A “palavra empenhada”, na acepção do sociólogo e crítico literário, Antonio Candido, aquela que denota uma postura engajada do autor frente às demandas de seu tempo por meio de sua produção literária, reflete um posicionamento político e ideológico. Vocês consideram sua produção, pautada na temática afro-brasileira, um discurso literário com ênfase política e ideológica?

Rogério Andrade Barbosa: Sim, não com a intenção de doutrinar. Quem escreve para jovens tem uma responsabilidade muito grande e não pode fugir a questões políticas e ideológicas.

Lia Zatz: Minha produção não é só pautada na temática afro-brasileira. Ela é bem variada. Mas muitos de meus livros têm sim um lado engajado. Não é uma decisão consciente de escrever com a intenção de fazer um discurso político ideológico, longe de mim! É pura necessidade...

Júlio Emílio Braz: Toda palavra tem consequência. Oral mas principalmente escrita (*litera scripta manet*², já dizia Horácio) ela se constitui em um ato político. Expressar-se é assumir um papel, uma postura, um engajamento. Não há isenção no silêncio, quanto mais na palavra. Por isso penso que, mesmo me preocupando apenas em escrever belas histórias, meu gesto não está isento de um posicionamento e não fujo a ele. A palavra provoca, embasa, define posições. Isso é um gesto político.

Heloísa Pires Lima: Todo o escritor ou escritora é engajado. Alguma tendência política o alimenta. Mas a questão do engajamento-alienação não tem leitura fácil. A postura é uma fantasia sobre nós mesmos. Já a obra tem certa autonomia, aquilo que escapa muitas vezes expondo preconceitos que não caberiam na razão de ser. A história da escravidão é uma zona nevrálgica para os modernos. A sociedade brasileira ora assume, ora nega a importância de reequilibrar as desvantagens que os séculos cristalizaram para as populações negras. Os índices de vulnerabilidade são muito palpáveis para convencer como age o racismo em todas as áreas da vida social. O literário não está fora dela. Só o 'empretamento' é afirmativo. Não basta um acervo integrar repertórios africanos, tal como acontece no funk, no rap, o mercado embranquece uma expressão legitimamente negra. Apropria-se e transforma o conteúdo em produto que supõe palatável mantendo uma desigualdade viciada. Literatura é arte na medida em que desequilibra percepções e segue a experimentar as linguagens em novas combinações. Quando recuperei a história do palhaço negro Benjamin de Oliveira, que alcançou um extremo sucesso na virada do século XIX para o XX, eu sabia que estava

2 A palavra escrita permanece.

trilhando a direção que tomba a Senzala como patrimônio histórico acostumado a privilegiar a Casa Grande.

7-Em que medida é possível verificar o efeito do engajamento diante do seu público, os pequenos e jovens leitores?

Rogério Andrade Barbosa: Em *Madiba – o menino africano* (Ed. Cortez), eu conto um pouco da infância/juventude de Mandela e da sua luta contra o regime do apartheid. E em *O menino que sonhava transformar o mundo* (Ed. Pallas), abordo os primeiros passos de Che Guevara. Já no *Caixa dos Segredos* (Ed. Record), relato a vida um garoto africano vendido como escravo para o Brasil. O jovem leitor acompanha, ao longo do livro, a vida de um personagem que vive até os 100 anos. O que me permitiu tocar no dia-a-dia dos escravizados a partir de 1800 e poucos, no levante dos Malês na Bahia, a luta da abolição e a revolta da chibata.

Júlio Emílio Braz: Acredito que sou uma contradição: ao mesmo tempo em que me defino como um demóforo, ou seja, alguém que não curte o contato com muita gente, não consigo prescindir de estar em contato permanente com meus leitores que, via de regra, são estudantes. Vivo enfurnado em escolas, tanto faz se são públicas ou particulares. É a partir deste contato que aquilato o grau de compreensão, interação e envolvimento de meus leitores com as temáticas que abordo. É um pecado de muitos autores que não tenham este envolvimento como parte de seu ofício. Respeito, pois cada um sabe onde lhe aperta o calo e muitos, por temperamento ou outras razões e motivos, não apreciam tal contato. No entanto, eu adoro. Na verdade, é o meu oxigênio.

Lia Zatz: Vou contar duas histórias das tantas que me marcaram. A primeira ocorreu num CEU, em que fui conversar com as crianças que tinham lido o *Surilea-mãe-monstrinha*. Lá pelas tantas, um garoto me perguntou por que na história não tinha pai, se o retrato de um homem que aparecia na parede da casa era o pai. Aquilo me pegou absolutamente de surpresa. De fato, na história, de uma mãe com duas filhas que a disputam, a figura masculina

está ausente, o que não foi intencional e, no entanto, não deixa de ser significativo. E o retrato mencionado me fez ver o quanto, num livro infantil, uma boa ilustração – no caso, da Eva Furnari – pode enriquecer a narrativa: o texto não mencionava outros personagens que não a mãe e suas duas filhas; a ilustração trazia, nos retratos, alguns outros. Foi o bastante para, depois de um pequeno diálogo, o garoto abrir seu coração, contando do pai que tinha ido embora de casa, como, por que, o que incentivou algumas outras crianças a também falarem de pais ausentes.

A outra foi de um trabalho que uma professora de Português e Inglês em escolas públicas e privadas fez com um livro meu que se chama *Jogo Duro – Era uma vez uma história de negros que passou em branco*. Essa professora é negra e, percebendo em crianças negras problemas que ela também tinha passado em sua infância, fez um trabalho focando na autoestima dessas crianças. O trabalho culminou com um desfile afro e ela ganhou um prêmio importante de Professor Nota Dez da Fundação Victor Civita. Mérito dela, claro. Mas o livro ajudou e isso me deixou também realizada.

Heloísa Pires Lima: Quando ele gosta do personagem é o melhor resultado. Quando ele reconhece uma densidade humana que faz sentido para a sua. A dimensão informativa precisa da afetiva. Não adianta conhecer a origem africana. É preciso gostar dela e compreendê-la. A referência entra pelo coração. Os processos de identificação que observei em meu filho, ajudaram na medida para o assunto. Uma menina nissei querer ser a personagem paulista, Dandara, que ganhou uma capulana de um amigo que mora em Maputo é, efetivamente, construir uma aliança para o futuro. Perceber o orgulho do menino moçambicano em suas memórias das capulanas das mulheres de sua família é dar as mãos para uma grandeza cultural distante. E como isto ajuda na quebra dos índices do genocídio negro no país? O genocídio é um problema institucional, tem corpo normativo e monopólio do uso da força. Na prática, reproduz modelos antigos arraigados na escravização da população negra, costume que explicitamente a atinge em nossos dias. A violência institucional, mesmo não amparada por políticas públicas pós-ditadura, permanece autorizada pela sociedade como um todo. O convívio com os trágicos índices, o poder da indústria das armas associado ao conserva-

dorismo da bancada da bala é o agravamento dessa direção. A polícia que mata menino também é milícia de comerciantes que veem nisso solução para os pequenos furtos. É uma sociedade muito doente. Mas eu acredito, profundamente, na educação. Pensando em perspectivas geracionais, a literatura é expressão e sensibiliza discernimentos. Destacando ângulos, ela consegue recriar paradigmas. O que eu faço tem um quê de informativo porque reapresento repertórios inspirados por realidades. Tem o treino com a linguagem, com o potencial estético. Mas, minha ambição é que o leitor conviva com a origem africana dos personagens nas brincadeiras que eu crio em forma de livro. O aconchego, com respeito amoroso correspondido, é a minha utopia. E, se a afetividade está na base das experiências humanas, quando eu quero falar de quilombo para os pequenos, eu aciono primeiro, a grandeza cultural quilombola. *Quilombololando*, meu mais recente livro, é um conjunto de imagens que refere o Jequitinhonha. Homenageia os quilombos do Jequitinhonha. E como é aquele mundão? Lá tem o boi de janeiro, as fitas das festas, o pequi, as nhonhas que são os peixes, é região de tatu-bola, tem cumadre de cabeça branquinha e cumpadre de chapéu, neném de chupeta e moleque que nada pelado no rio, tem o aguaceiro de flor que entra na roda inventada pela menina de beleza sagrada. Brincar de quilombololar é uma entrada para o leitor infantil. Mesmo porque associei os enlaça o braço, gira, bate palma, pisar macio, quem nunca viu roda pular para animar a leitura. Agora, imagine o livro na região? O que eu desejo é a riqueza local produzindo muitos materiais. Quem debulha o sentido para a alma está bebendo a palavra boa da moringa. Foi o que eu aprendi no Jequitinhonha. Agora, imagine o saber que há por lá? Mas as livrarias insistem nos livros traduzidos e só enxergam o leitor urbano e com dinheiro para a compra. Esquecem que a equidade precisa da vivência, do encontro. No caso dos quilombos para superar a noção que historicamente foi referida como lugar de negro fugido. Quem foge não enfrenta e os quilombos são puro enfrentamento. É a habilidade de refazer a liberdade. São africanos desbravadores das Américas. Este é um norte para faixas maiores, um ângulo para esses leitores que construirão o futuro.

A SOCIEDADE, A LEI 10.639 E O MERCADO EDITORIAL

8-Nas últimas décadas, a discussão sobre as questões étnico-raciais têm sido cada vez mais intensa em todos os âmbitos da sociedade, inclusive no acadêmico, no cultural e no político. Isso tem resultado em ações como a discussão de cotas nas universidades e a instituição da lei 10.639, acerca do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de todo o país. Quais as visões de vocês a respeito dos impactos dessas discussões e desta lei na sua produção e na dos demais autores que também tratam desta temática?

Lia Zatz: Na minha produção, não impactou. A temática, como disse, sempre me mobilizou. Mas acho que houve impacto em geral, sim, pelo aumento na produção de obras sobre lendas e história africanas etc., o que, a meu ver, é muito positivo e necessário.

Rogério Andrade Barbosa: A lei 10.639 foi fundamental, não só no ambiente escolar, pois causou um grande impacto no mercado editorial. De repente, editoras começaram a lançar dezenas e dezenas de livros sobre uma temática que, até então, era praticamente inexistente.

Júlio Emílio Braz: Todas essas discussões serviram e ainda se prestam a despertar a situação do afrodescendente de uma profunda letargia em que ela esteve imersa praticamente desde o momento da assinatura da Lei Áurea. Sendo absolutamente sincero e, por consequência, crítico, libertou-se o negro e em seguida buscou-se até como política de governo apagá-lo socialmente. Não houve em momento algum pós-Abolição um projeto sério visando a real e justa inserção desta parcela significativa de nossa sociedade na mesma sociedade. Relegou-se o negro, por um lado, ao de qualquer cidadania mais insignificante, e por outro, buscou-se cerceá-lo ao máximo de modo que qualquer tentativa de organização ou de questionamento de seu papel social fosse posto em dúvida ou inviabilizado. Até noções pueris de uma pretensa escravidão benigna (como se algo assim fosse possível sob qualquer análise minimamente coerente) foi constituída como forma de se apresentar uma sociedade idealizada na harmonia entre as etnias, isenta de conflitos maiores. Noves fora os exageros que eventualmente apareçam,

acredito que esse processo foi e ainda é inestimável para a verdadeira integração do negro na sociedade brasileira, sem glamorização, folclorização e livre dos estereótipos mais comuns com que mais facilmente somos associados. Descobrir-se enquanto afrodescendente é antes de tudo conscientizar-se de que se faz parte de uma sociedade e contribui para ela não por concessão, mas por ativa participação. Isso nos torna, obrigatoriamente, beneficiários de uma cidadania comum às outras etnias que formam a sociedade brasileira. Liberdade é conquista e conquista se faz com luta e não esperando benesses, migalhas políticas e sociais que eventualmente nos venham a ser atiradas por outros setores desta sociedade. Sob tal aspecto, penso que toda essa discussão nos envolve até por osmose num processo que leva autores afrodescendentes a não buscar somente abordar temáticas alusivas a seu grupo social, mas inclusive buscar outras temáticas. É o meu caso. Não “estou” meramente negro, mas antes, sou negro, afrodescendente.

Heloísa Pires Lima: Bem, alinhando a repercussão na área editorial, o primeiro projeto que leva minha assinatura é de 1995. A lei 10639 é de 2003. Aquece a minha alma acreditar ter contribuído para o debate que a efetivou. Não sozinha. Eu estava na mesa de discussões do, então, deputado Paulo Paim sobre o ensino de história da África, nos idos de 1994. Em campo para uma educação quilombola lá estava eu desde os anos 1990 entre kalungas da região de Eldorado. Quando implementada, briguei muito com os que apostavam no “não vai pegar”. Antes, durante e depois respirei argumentos nessa reflexão que envolve educação e etnicidades. Mas aprendi a perfilar a via literária. Para discutir cotas eu enfatizei a biblioteca, videoteca, acervo de brinquedos e brincadeiras tendo como tônica a representatividade dos modelos de humanidade. Sempre priorizei o aspecto propositivo das reivindicações. Coordenei um Salto para o Futuro, programa da TV Escola, recuperando o arrojo dos materiais educativos produzidos pelo Ilê Ayê, na Bahia, ou Inaldete Pereira, no Recife, ou a trajetória dos personagens de Joel Rufino, no sudeste. Nessa oportunidade eu conheci guerreiras como a educadora, Azoilda Loretto, que muito me ensinou com suas investidas educativas reais. O livro, *Histórias da Preta*, é vivo e companheiro das minhas histórias. Mas

há muita gratidão para com diligências como a de um Emanuel Araújo, hoje diretor do Museu Afro Brasil, que trouxe fontes inesgotáveis para conhecer o passado vigoroso que temos. Suas concepções geniais eu conheci usando a biblioteca da casa dele no Bixiga e bebo *no A mão afro-brasileira* (1988), por ele organizado, até hoje. O protagonismo de descendentes de africanos pode ser conhecido no levantamento da face negra em muitas áreas de conhecimento. Para a produção literária os volumes coordenados por Assis Duarte do Literafro/ UFMG (2011) são importantes. Iniciativas artesanais como essa ganharam dimensão com a tecnologia envolvendo as redes sociais que impulsionam informação ao infinito e em segundos. A Universidade foi lenta, mas caminha. O primeiro curso de História da África, em São Paulo, aconteceu na PUC, como extensão. Na USP, foi instituído em 1998. Só isso demonstra a ausência da área e, por sua vez, a pesquisa e o incremento da bibliografia. Pois o debate historiográfico informa os cursos de Educação e produção de materiais de apoio na matéria. Para os considerados paradidáticos, o convite para publicar cresceu. Mas, nada linear e evolutivo. Tem saltos pra frente e pra traz. A encrenca com Lobato repercutiu na boa vontade das editoras para com a Lei mais do que a resistência inicial a ela. Porém, desde 2003 é nítido o crescimento de repertórios afros nas listas de materiais das escolas. Eu coordeno, ao lado de Daniel Munduruku, o projeto Brasil Plural, na editora Melhoramentos. Nós produzimos para o catálogo não apenas obras de nossa autoria. Decorrentes disso, ministramos cursos de formação para as Leis 10639 e 11645 que focalizam os acervos literários. O interesse em temáticas que valorizem cabelos crespos, por exemplo, cresceu uns 500%. A obra, *Menina bonita do laço de fita*, reinou sozinha por décadas. Atualmente temos *As tranças de Bintou*, *Betina*, *O universo Black Power de Tayó*, etc. Certamente esses últimos são materiais maravilhosos, mas há outros bem equivocados. De toda forma, a consolidação da questão literária na particularidade das representações ou da presença de escritora(es) da diáspora negro africana é pública e não mais tão marginal nos circuitos. Tem me estimulado acompanhar o nascimento de uma editora nova, a Oiapoque Edições, o que talvez abra caminhos experimentais. Muitos colegas estão abrindo editoras. Ganham os leitores.

9-Nos últimos anos, muitos escritores dos países africanos de Língua Portuguesa têm publicado no mercado editorial brasileiro, a exemplo de Mia Couto, Oджaki, Pepetela e Luandino Vieira. A que vocês atribuem esse boom?

Lia Zatz: Não li ainda os dois últimos mencionados. Se sua qualidade literária for tão maravilhosa como considero a de Mia Couto, agradeço esse *boom*, seja lá ao que ele possa ser atribuído, ao acordo ortográfico, à globalização etc.

Rogério Andrade Barbosa: A criação das cadeiras de literaturas africanas nos cursos de Letras fez com que, ao poucos, esses autores passassem a ser conhecidos por uma parcela dos leitores brasileiros. Daí a presença deles em várias Feiras de Livros, palestras, etc.

Júlio Emílio Braz: Passamos a nos olhar, eles do continente africano, interessados, curiosos em ver em que nos transformamos do lado de cá do Atlântico. Claro, também interessados e curiosos na maior pujança de nosso mercado editorial e leitor (por que negar, não?). Nós, do continente americano, buscando respostas acerca de nossas origens em um mundo que, até há pouco tempo atrás, era desconhecido para nós, mesmo os afrodescendentes. Talvez seja aquele senso de ‘panafricanidade’ de que falava Marcus Garvey, a busca de uma identidade comum. Não sei definir, mas gosto desta interação. Sou fã de Oджaki e leitor de primeira hora de Mia Couto.

Heloísa Pires Lima: O meu preferido é o ganense Meshack Asare que parte do regional alcançando o universal. A obra, “O chamado de Sosu”, é uma aula de como escrever para crianças. O próprio Mia Couto ajudou a promover a integração de nomes como Pauline Chiziane, mas na área infantil quase nada chega por aqui. Eu não enxergo o “boom” e sim a escassez seja redação, seja ilustração. Lá como cá, as relações raciais são desiguais com pouca oportunidade às autorias negras. Isto não quer dizer que não haja. Na época do Selo Negro Edições eu conheci muito da produção em África. Os africanos de maior sucesso aqui são todos brancos ou quase brancos. Isto diz alguma coisa. São excelentes, mas é um dado. Como brasileira eu tenho a curiosidade de ver a perspectiva negro-africana também. Alguns engaja-

dos com a indústria do livro vieram, mas o Ondjaki foi buscado por editoras nacionais. Ele é premiadíssimo, tem um reconhecimento internacional, os textos são excelentes. Será que não há mais ninguém?

MONTEIRO LOBATO NO BANCO DOS RÉUS

10-Durante muito tempo a representação de personagens negras na literatura infantil e na literatura juvenil refletiu os preconceitos presentes na sociedade, seja no âmbito do texto verbal ou no âmbito dos estereótipos presentes nas ilustrações. Você considera que, nesse sentido, a produção contemporânea já avançou?

Lia Zatz: Com certeza. Mudou muito da década de 1980 para cá, o que é ótimo. Mas falta ainda muito a ser feito.

Rogério Andrade Barbosa: Sim, avançou muito. Embora uma parte da produção ainda conserve antigos ranços. E tenho notado frequentemente, por falta de conhecimento e de pesquisas, muitas falhas nos textos e imagens de alguns escritores e ilustradores. Não basta, portanto, apenas saber e escrever e ilustrar. O autor tem o dever de conhecer e dominar o assunto.

Júlio Emílio Braz: Em certa ocasião, o autor Aguinaldo Silva, conhecido pelas inúmeras telenovelas exibidas na televisão brasileira, foi questionado em uma entrevista acerca não só da ausência de atores e atrizes negros nas novelas, mas também acerca dos personagens negros existentes, geralmente atrelados à imagem estereotipadas e comuns àquilo que a sociedade brasileira como um todo considera (parafrazeando Lima Barreto) “lugar de negro”. A resposta dada por ele foi que parte da responsabilidade sobre isso cabia à ausência de mais autores afrodescendentes escrevendo novelas e livros, etc. Penso que de lá para cá muita coisa mudou. Não por que tenham surgidos tantos autores assim, mas por que a discussão sobre os afrodescendentes e seu papel na sociedade brasileira expandiu-se de tal maneira que, mesmo os autores que não são afrodescendentes, hoje em dia se veem em certa medida “contaminados” por tal discussão e conseqüentemente menos suscetíveis de referendar estereótipos até então comuns não apenas

na literatura, mas igualmente no teatro, televisão, cinema e música. Essa é a grande mudança que observo: estamos deixando a nossa invisibilidade social. Agora somos vistos e cada vez mais longe dos estereótipos. Identidade é poder. Identidade induz respeito. Abandonamos o período de copiar outros setores de nossa sociedade para sermos aceitos e, em muitos casos, agora somos copiados (dreadlocks agora frequentam a cabeça até de jovens alemães, como vi numa de minhas últimas viagens àquele país).

Heloísa Pires Lima: A lógica de desculpar a representação racista responsabilizando o contexto é frágil. Para essa desconstrução eu costumo chamar Graciliano Ramos, do mesmo contexto de Lobato. O seu *A terra dos meninos pelados* conduz o jovem leitor a elaborar o bulimento pautado em aparências físicas, a partir das caçadas sofridas pelo personagem. A publicação é de 1939, mesma década do repertório *O Sítio do Pica-pau Amarelo*. Não há um determinismo época-sujeito. As respostas variam frente às mesmas questões. Interessa-me muito mais o fato dos estereótipos continuarem se manifestando. A novidade são os contrapontos para o imaginário. No caso do aspecto racista da obra de Monteiro Lobato, a princípio houve uma reação virulenta. Mas com a reflexão sobre a mesma o escopo de visão foi aumentando. Dentre os infinitos aspectos da obra, há o do racismo. O debate sobre a biblioteca atual manter os acervos do passado para crianças, que fique explicitado, é enriquecedor. Relacionar a recepção do argumento contida no exemplar original e o mesmo em outros contextos é que tenho procurado focalizar. Acompanhar a complexidade é melhor do que personalizar o vínculo. Acabou de entrar o livro, *Minha luta*, do Hitler, como caso para a polêmica. Há uma crescente na produção contemporânea que impõe ao circuito não negligenciar a questão racial na área infantil e juvenil. Mesmo porque ela passa pelos critérios de compras dos livros para essa faixa, por editais, por adoções, pela formação de opinião. As editoras me procuram para avaliar trabalhos, se há inadequação visual ou conceitual. Receosas de errar, consultam. Há mais cuidado. Mesmo assim, há trabalhos com matizes muito conservadores andando por aí. Porém, aumentaram os contrapontos facilitados pela tecnologia. Falta muito, ainda, para equalizar qualidade e proporção nas prateleiras. O que elejo para avaliar uma suposta

melhoria dos materiais é se ela integra autorias negro-afro-brasileiras. Não é o único critério e nem a garantia qualitativa. No entanto, após muita luta para sensibilizar a ausência da referência nos acervos, as editoras se adaptaram acreditando que o uso de repertórios resolve a demanda. Entretanto, o problema vai muito além disso. O acesso ao ponto de vista do segmento negro é o mais difícil de ser entendido. É a construção de um projeto político pela sociedade brasileira que o setor editorial vê, prioritariamente, como apenas comercial. Se a população negra não tem empresários negros e não negros investindo no setor, literariamente, será difícil equilibrar o direito à expressão.

11-Sobre a polêmica que envolveu a representação de personagens negras, em especial a da Tia Nastácia, na obra de Monteiro Lobato, o que vocês pensam a respeito?

Rogério Andrade Barbosa: Lobato é, indiscutivelmente, um dos maiores autores brasileiros de todos os tempos. Mas alguns de seus personagens, como a Tia Nastácia, revelam a face de um homem sabidamente racista. Porém, sou contra a proibição da obra, como tentaram fazer.

Heloísa Pires Lima: Eu escrevi alguns artigos no calor da hora da polêmica e cada vez mais me orgulho de todos eles. Não é fácil entrar numa polêmica dessa envergadura e por isso mesmo ela é tão necessária. A antropologia visual me deu régua e fósforo no compasso das análises, único lampião que havia. Há momentos em que não adianta bate-boca. Só os argumentos irrefutáveis calam e eles devem ser colocados na mesa. Estrategicamente, eu desloquei a autoria de Lobato para a dos ilustradores de Lobato o que possibilitou acompanhar períodos próximos e distantes do lançamento original. O processo leva a perceber a interpretação dada para a mesma redação. As Nastácias, sobretudo, são ótimas para demonstrar o argumento cultural da realização visual. Exemplo disso, o fato de, ao longo do tempo, a tornarem suja, com traços faciais semelhantes aos do porquinho, o que a animalizava. Esses são alguns dos elementos que passavam despercebidos nas diferentes épocas. Evidenciar a autorização dada pela sociedade era

ampliar o ângulo do racismo de Lobato em seu contexto e permitia chegar à problematização do atual momento. Entender o nosso momento, a dinâmica dos sentidos e valores culturais e a recepção nos distintos contextos era uma forma de exigir maior densidade no tratamento da questão. Lógico que é importante o tempo de Lobato, o aspecto do racismo na obra, há trabalhos excelentes nessas direções. Como num exercício de imaginação, pensar no que diria a Nastácia hoje sobre o tratamento que recebia naquele universo é atualizar percepções.

Júlio Emílio Braz: A obra de Monteiro Lobato é muito importante e é fruto de um determinado contexto. Analisar o contexto é muito importante para compreendermos o todo de qualquer trabalho literário e, indo mais além, o tipo de visão social exercida por determinadas pessoas ou grupos de pessoas. Algo parecido aconteceu e acontece com a obra de Mark Twain nos Estados Unidos. Sou filosoficamente contra qualquer tipo de censura e a favor que a obra de um autor seja absolutamente respeitada. Cabe a nós, frutos de um outro contexto, explicar ou definir o pensamento existente nesta ou naquela obra para as novas gerações. Cabe a nós, como pais, e cabe aos professores, como educadores, abordar de maneira honesta e respeitosa tais visões que hoje não cabem mais, explicitando-as, definindo-as, contrapondo-as com a maneira como encaramos tais abordagens atualmente. Hoje os tempos são outros. Noutro dia mesmo eu estava vendo televisão e o canal era o “Viva”. Vi alguns programas dos Trapalhões e o programa “Viva o gordo”, de Jô Soares, coisa recente, provavelmente década de oitenta do século passado. Sabe a que constatação cheguei? Que hoje eles só podem ser apresentados em canais como o Viva, quase como peças arqueológicas, pois seus muitos sketches soariam como sexistas ou, simplesmente, politicamente incorretos. Como professor de História, vejo contribuições inestimáveis da obra lobatiana no que tange a compreensão do mundo pós-Abolição. Basta ler o conto *Negrinha*. A banalização da vida, o sentido de “coisa” dada à personagem por aquela que se julgava sua proprietária e a hipocrisia, até inconsciente, de suas últimas palavras, ao lamentar a morte da menina negra, causada inclusive por ela, fala muito a respeito do que nós fomos e em certa medida ainda somos com relação à população afrodescendente no Brasil.

Censurar um texto deste? Só um iconoclasta louco faria tal coisa! O Mal que se esconde não é um Mal que se extingue. O Mal deve ser combatido à luz do sol, para que possamos enxergá-lo e dimensioná-lo adequadamente.

Lia Zatz: Só posso dizer que, censurar a obra infantil de Monteiro Lobato, clássico que fez a delícia da infância de muita gente, é no mínimo ridículo, para não dizer que é um ato autoritário de quem não sabe como lidar com a potência educativa da polêmica e da contradição. Concordo plenamente com o parecer da Academia Brasileira de Letras citado em excelente artigo da jornalista e escritora Eliane Brum (“Em nome do bem se faz muito mal”) que também faço questão de citar:

“Um bom leitor de Monteiro Lobato sabe que tia Nastácia encarna a divindade criadora, dentro do sítio do Pica-pau Amarelo. Ela é quem cria Emília, de uns trapos. Ela é quem cria o Visconde, de uma espiga de milho. Ela é quem cria João Faz-de-conta, de um pedaço de pau. Ela é quem “cura” os personagens com suas costuras ou remendos. Ela é quem conta as histórias tradicionais, quem faz os bolinhos. Ela é a escolhida para ficar no céu com São Jorge. Se há quem se refira a ela como ex-escrava e negra, é porque essa era a cor dela e essa era a realidade dos afrodescendentes no Brasil dessa época. Não é um insulto, é a triste constatação de uma vergonhosa realidade histórica.

Em vez de proibir as crianças de saber disso, seria muito melhor que os responsáveis pela educação estimulassem uma leitura crítica por parte dos alunos. Mostrassem como nascem e se constroem preconceitos, se acharem que é o caso. Sugerissem que se pesquise a herança dessas atitudes na sociedade contemporânea, se quiserem. Propusessem que se analise a legislação que busca coibir tais práticas. Ou o que mais a criatividade pedagógica indicar.

Mas para tal, é necessário que os professores e os formuladores de políticas educacionais tenham lido a obra infantil de Lobato e estejam familiarizados com ela. Então saberiam que esses livros são motivo de orgulho para uma cultura. E que muito poucos personagens de livros infantis pelo mundo afora são dotados da irreverência de Emília ou de sua independência de pensamento. Raros autores estimulam tanto os leitores a pensar por conta própria quanto Lobato, inclusive para discordar dele. Dispensá-lo sumariamente é um desperdício. A

Literartes, no. 5, 2016 – A temática afro-brasileira na literatura infantil e juvenil: os autores e suas vozes, por Rogério Bernardo da Silva

obra de Monteiro Lobato, em sua Integridade, faz parte do patrimônio cultural brasileiro”.

ENTRE O ENSINO DAS TEMÁTICAS E A LEITURA LITERÁRIA

12-Grandes especialistas em Literatura Infantil e em Literatura Juvenil, como Nelly Novaes Coelho e Leonardo Arroyo, apontam a relação indissociável existente entre a literatura destinada às crianças e aos jovens e as questões pedagógicas e educacionais. Ambos argumentam que a situação ideal é a que imprima, na representação literária, uma abordagem equilibrada do estético e do pedagógico. Ou seja, a obra tanto deve ser potente em seu conteúdo temático como em sua constituição artística, estética. É notável que a instituição da lei 10.639 tem impulsionado, desde 2003, a publicação de obras que, nem sempre, apresentam o desejável equilíbrio. Trata-se da configuração de uma demanda mercadológica e editorial para a temática afro-brasileira e paras as questões étnico-raciais. Como vocês avaliam essa efervescência editorial após 2003?

Lia Zatz: Infelizmente, assim funciona o mercado. Muitas vezes deixa de publicar bons livros em nome do tema da moda.

Rogério Andrade Barbosa: O mercado editorial se rege pelas vendas. A partir da instituição da lei 10.639 houve uma grande demanda das escolas sobre livros abordando a temática africana. Daí essa efervescência editorial, com uma enxurrada de livros, visando as grandes compras efetuadas pelo Governo ao longo dos últimos anos. Mas quantidade nem sempre rima com qualidade. Infelizmente, repito, têm sido lançadas muitas obras com falhas gritantes, tanto ao nível do texto, como nas ilustrações.

Heloísa Pires Lima: Logo após a publicação da Lei as editoras partiram para as traduções. Como, conjuntamente, um dos matizes para a aquisição dos livros pelos programas de governo privilegiava autores nacionais, a tendência teve que ser revertida ou ampliada. Os programas municipais e estaduais também incorporaram os locais. Os estrangeiros se mantiveram, mas o espaço abriu um tantinho mais para os nacionais. Porém a aposta

em ilustrações bem cuidadas se manteve e tem integrado autorias negras. Também tenho meu lado jurada para a montagem de acervos. Por exemplo, no, “Livros Animados”, programa do Canal Futura, eu selecionei *Os Ibeji e o Carnaval*, de Helena Theodoro, uma histórica militante do Rio de Janeiro. A construção do texto tinha alguns problemas, mas o prisma que ela deu ao tema da porta bandeira foi o que eu considereei mais importante para defender a escolha. Como ela é de dentro do carnaval, ou seja, conhece muito bem os códigos da comunidade onde nasceu e vive, ela revela o lado sagrado da porta-bandeira, ou melhor, da bandeira. Simboliza a alma dos ancestrais, o estandarte de toda a história da comunidade. Que dimensão linda para falar do tema às crianças. O literário soma conteúdo, habilidade com as letras e um resultado estético. Personagens ou repertórios afros são, praticamente, novidades no circuito editorial. Irreversível, acredito. Devem surgir ótimos autores com abordagens inovadoras. O analista pode ou não perceber idiosincrasias, depende do envolvimento dele no debate. Agora, da mesma forma que o modelo de humanidade europeu foi absoluto nas prateleiras ‘invisibilizando’ os demais, avaliações estéticas literárias também seguiram padrões que serviram hierarquias. É hora de quebrar o preconceito e escutar o que o povo negro concebe em narrativas para a gurizada.

Júlio Emílio Braz: Penso isso como um dilema quase insolúvel, ou seja, onde começa a literatura e termina o pedagógico e onde o pedagógico cede espaço ao literário. Como autor, não me preocupo com isso. Escrevo a história. Claro que não existe essa isenção nem magnanimidade toda entre os editores. O aspecto mercadológico nos é apresentado até de forma honesta. Como o grande mercado da literatura infanto-juvenil ainda são as escolas, claro que editores e editoras se preocupam e até se ocupam de analisar se existe o tal viés pedagógico na obra que lhes é apresentada. Daí surge uma palavra que abomino quando se refere à literatura: paradidático. Não escrevo paradidáticos a não ser que me peçam. Por exemplo, um texto com alguma literatura, mas cuja abordagem principal é falar sobre a Guerra dos Farrapos, posso aceitar o trabalho, farei o melhor que puder, mas tendo em mente que o principal objetivo da obra é falar sobre tal evento histórico e nele estarão inseridos amplos aspectos de informação histórica sobre o

mesmo. Isso é um paradidático, um trabalho de apoio didático. Agora, uma narrativa como 55 Dias em Pequim, *A Volta ao mundo em oitenta dias* ou mesmo *Vinte Mil Léguas Submarinas* também podem ser inseridas numa abordagem didática e até multidisciplinar. Não foi intenção do autor (mas vale salientar que Jules Hetzel, o editor que as sugeriu como constituintes de uma coleção intitulada *Viagens Extraordinárias*, pensava em se valer de cada livro para abordar os grandes avanços tecnológicos daquele período final do século XIX) permitir abordagens em áreas como Geografia, Filosofia, Sociologia, História e por aí vai. Todavia, professores (que por sinal devem ser leitores) se valeram de tais obras para o seu trabalho pedagógico. Isso não diminuirá a obra de Julio Verne. Não é uma análise fácil e a definição, mais complicada ainda. No fundo acredito que toda obra escrita, literária ou não, tem um viés pedagógico e me socorro de uma antológica fala de Ziraldo para embasar ou alicerçar minha ideia: “Ler é melhor do que estudar”. Quase esfolaram meu conterrâneo por conta desta frase, mas ela sintetiza bem em que acredito. Há na literatura a grande pedagogia, a maior de todas, que é a da construção de uma humanidade absoluta, eivada na construção de uma mente pensante e obviamente reflexiva e crítica.

13-Vocês consideram que a situação de mediação de leitura de um texto africano (de autores africanos como os angolanos, moçambicanos, sul-africanos, cabo-verdianos, etc.) deve ser distinta da situação de leitura de um texto de temática afro-brasileira? Se há diferenças, quais seriam as principais?

Lia Zatz: Não sou uma mediadora profissional. Do alto da minha ignorância, uma simples mãe-mediadora e agora avó-mediadora, não consigo enxergar diferença alguma. Desde que o mediador tenha boa formação cultural e humanista, além de sensibilidade para perceber onde e como deve fazer seu papel de mediador.

Rogério Andrade Barbosa: Tudo depende, obviamente, do contexto. As diferenças principais, a meu ver, são as linguísticas e regionais - tanto no Brasil, como no Continente Africano. Ambos são imensos e possuem uma cultura diversificada. Porém, temos muitas coisas em comum.

Júlio Emílio Braz: Ler um texto africano é interagir com uma visão cosmológica distinta da nossa, mais permeável a influências ocidentais, até judaico-cristãs. Situação idêntica pode ser experimentada quando lemos uma lenda de nossos indígenas. A maneira de pensar, de olhar o mundo, os valores, tudo é singular. Um texto afro-brasileiro é fruto não apenas da influência de uma matriz única e africana, mas recebe influências de outras culturas e etnias, constitui uma visão diferente do mundo e das coisas. Desta confluência de visões constrói-se uma nova, diferente de todas as outras no todo ou em parte.

Heloísa Pires Lima: Depende de quem lê. Assim como qualquer texto estrangeiro, o envolvimento do leitor depende de embarcar na história. Como tratamos da audiência infantil e juvenil, a mediação às vezes é imprescindível, como contextualizar autor e obra, chamar a atenção para o vocabulário local. É uma travessia do estranhamento sem perdê-lo. A produção afro-brasileira, da mesma forma. Às vezes é necessária, às vezes a autonomia deslança. Depende do casamento leitor e obra. Os livros de valorização de cabelos crespos, por exemplo, fazem muito sucesso porque a família mudou, a escola vem mudando, o acesso ao livro também. E faz sentido para um público específico dos cabelos crespos. E quem não tem o crespo como questão? Passará a enxergá-la.

14-Considerando a obra destinada às crianças e aos jovens como um todo imbricado composto por múltiplas linguagens, da palavra escrita às imagens, quais seriam suas orientações aos mediadores de leitura, aos professores e aos pesquisadores que buscam uma abordagem adequada da literatura infantil e juvenil de temática afro-brasileira?

Rogério Andrade Barbosa: Pesquisa seria a palavra-chave. Separar o joio do trigo. Não trabalhar apenas com os primeiros livros que encontrar sobre a temática afro-brasileira.

Lia Zatz: Como já disse, não sou mediadora profissional, mas tenho a convicção de que a palavra chave é sensibilidade. Ou seja, é preciso, sobretudo,

conhecer as crianças e os jovens com quem se lida e as obras que se pretende indicar/ler para eles. Aliás, ler para as crianças é uma excelente maneira de conhecê-las, de perceber suas necessidades, angústias, carências e de poder, assim, escolher livros que toquem o leitor, que permitam a ele elaborar suas vivências e sentimentos. Acho que isso vale para a literatura voltada para crianças e jovens, seja ela de qualquer temática, inclusive de temática afro-brasileira. Se uma criança negra está se sentindo feia porque é negra, há muitos bons livros que permitem a ela ver o quanto ela é linda, tão linda quanto qualquer outra criança. Cito apenas um, o maravilhoso e sempre atual “Menina bonita do laço de fita”, da Ana Maria Machado.

Júlio Emílio Braz: O principal conselho também é o mais difícil (por vezes, impossível) de ser seguido: despojar-se completa e absolutamente de suas concepções e conceitos antecipados sobre o afrodescendente em seus aspectos físicos, culturais e sociais, bem como daqueles que lhe asseguram que você já sabe como lidar com eles. Não traga certezas para este ou para qualquer relacionamento. Traga expectativas e uma dose bem semelhante de dúvidas. A ideia é construir uma consciência que se compartilhe sobre o que se lê, sobre o que se vê e sobre o que se pensa. Claro que, como seres humanos, cada um de nós é uma imensa biblioteca de conceitos, preconceitos e convicções mais ou menos arraigadas. Alguns parecem saber as respostas antes mesmo de conhecer as perguntas. No entanto, o livro, não importa o que nele esteja contido, é uma mão estendida para a compreensão. Se de todo não for possível a compreensão, pelo menos a aceitação, nunca a imposição. Qualquer um que tenha isto em mente já terá meio caminho andado para a deliciosa construção do humano no que ele tem de mais fascinante, a sua singularidade, o ímpar que ainda fará todas as contas fecharem num todo harmonioso. *Pars pro toto*³, não é verdade?

Heloísa Pires Lima: Nos cursos que ministro, observar a escrita, a narrativa visual e a relação entre elas é um treino e uma forma de conhecer mais profundamente a obra e os argumentos que ela carrega. Às vezes se opõem. Uma pode trazer uma mensagem que a outra contradiz. A postura educativa

3 Expressão latina que significa a parte pelo todo.

antes de apresentar o livro é a de se colocar no lugar do leitor, indagando sobre eventuais constrangimentos que o material possa trazer. A narrativa visual é mais importante, pois impacta primeiro. A pergunta “será que todo mundo gostaria de ser aquele personagem?” é um termômetro infalível. Ler o bom texto em voz alta para um grupo redimensiona percepções. Ele media conversas. Não dá respostas prontas, mas auxilia a exploração do assunto. Assim é necessário prestar a atenção às pistas que a narrativa vai deixando acerca do tema, recuperá-las em outro momento, desenvolver o tema para além da obra e voltar a ela. Muitas vezes é a interação que fica na memória afetiva, associando o conhecimento que está sendo produzido com aquele repertório. Por isso, a apresentação afetuosa do material não pode ser descuidada, pois é a intermediação de uma autoridade. Enfim, nada está no manual. A presença de educadores que consideram a relevância do literário, a disponibilidade para convidar o autor para conversar sobre sua obra e a busca por formação são pontos para aprendermos mais, para garantir um ambiente de troca de ideias.